

Introdução

A América Latina concebeu e acumulou, por sete décadas, desde o final da década de 1940, um original patrimônio acadêmico para pensar as especificidades do processo de desenvolvimento na condição periférica. Infelizmente, a riqueza, a autonomia, a excentricidade e a complexidade desse pensamento social e político crítico, desenvolvido nesse continente, não tiveram as merecidas divulgação, visibilidade e influência, sobretudo no ambiente acadêmico eurocêntrico e anglo-saxão.

O prisma de análise que busca apreender a específica condição periférica e subdesenvolvido-dependente como uma *malformação estrutural* (Furtado), como estruturas em movimento truncado, resultantes de duráveis processos de acúmulo de atrasos, de anacronismos e travamentos estruturais, no curso da longa história do capitalismo mundial, precisa ser retomado e renovado, em face das transformações capitalistas do século XXI.

A escola latino-americana de pensamento crítico, histórico e estrutural contribuiu muito – e, hoje renovada, poderia colaborar ainda mais – para lançar luz sobre as limitações e parcialidades dos enfoques elaborados nos países centrais.

Este livro procura recuperar os aportes originais daquele patrimônio disponível, mas pouco mobilizado na academia internacional, e sua contribuição ao entendimento atual do complexo processo de reestruturação do capitalismo global e das oportunidades, constrangimentos e desafios postos à América Latina no contexto mundial.

A elaboração criativa de um rigoroso campo de reflexão e de um método original de pesquisa se deu de forma bastante pragmática, por meio da apropriação, da rearticulação e da produção de conhecimentos variados, reelaborando metodologias e conceitos. Entretanto, sua maior riqueza de análise provém, sobretudo, do processo de se debruçar detidamente sobre uma realidade muito concreta e

específica: a conformação estrutural da escala nacional subdesenvolvida e sua inserção, no contexto hierárquico mundial, a partir de uma condição periférica.

Ademais, grande parte desse pensamento esteve fortemente voltada à proposição de políticas e estratégias de desenvolvimento. Assim, buscava enfrentar o acúmulo de atrasos com a defesa de uma forte intencionalidade estatal.

Em grande parte de suas reflexões, os autores tratam – em termos abrangentes e contextualizados – do pensamento histórico-estrutural latino-americano da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e, para além dela, de seus antecedentes e da evolução do debate sobre os processos de desenvolvimento/subdesenvolvimento. Outras abordagens e correntes também são comentadas, além do debate com o pensamento do Centro ou do Norte.

A Cepal foi o centro intelectual de onde se originou a agenda de questões para uma reflexão de longo alcance e escopo, dotada de um enfoque analítico próprio, sobre a situação periférica; foi também o espaço de diálogo de onde brotaram os debates sobre dependência e variadas matizes do pensamento estruturalista latino-americano. É sempre conveniente lembrar que esse pensamento foi marcado pela heterogeneidade e a amplitude de abordagens, embora tenha um sólido eixo metodológico, construído em torno da historicidade, da multidimensionalidade e do caráter estrutural dos processos sociais, que lhe dá unidade e coerência. Além de ser *estruturalista*, esse método é *comparativo* e *relacional*, debruçando-se sobre a natureza e a evolução do acúmulo e a reprodução de atrasos em relação às experiências dos países centrais.

Mas, antes de tudo, esse pensamento é uma “tomada de consciência” e uma sofisticada elaboração discursiva, com a estruturação e a difusão de uma narrativa sobre a natureza das relações do desenvolvimento desigual, hierárquico e a dinâmica cíclica da economia mundial; e é marcado por um sistema “centro-periferia”, mais do

que propriamente um sistema teórico de caráter acadêmico. Buscava denunciar as relações desiguais e desigualadoras do processo multidimensional da dependência, e conscientizar atores da necessidade de internalização de centros de decisão e de combate às profundas heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais e espaciais) do continente periférico.

Conforme Fiori afirma neste livro, o debate sobre o tema Estado e o Desenvolvimento conduzirá à ideia da intencionalidade da intervenção estatal, para acelerar o crescimento econômico. O veículo principal desse processo seria a indução da aceleração e da sustentação do investimento, aumentando o “ritmo do crescimento econômico”, buscando assim enfrentar a difusão desigual do progresso tecnológico, a “dualidade” e as condições de desemprego estrutural. Segundo ele, é sempre conveniente lembrar em que situação histórica essas ideias e narrativas se desenvolveram, estando inseridas no contexto do projeto expansionista hegemônico imperial norte-americano.

A Cepal, com seu peculiar sistema analítico fundamentado no método estrutural e histórico, logrou apreender as especificidades da inserção de natureza periférica e dependente na divisão internacional do trabalho, sobretudo naquele período hegemônico pelo que hoje alguns autores denominam de Capitalismo Atlântico.

O pensamento crítico estruturalista latino-americano, embora detenha variados planos de análise, poderia ser sintetizado em uma abordagem de uma economia política do desenvolvimento/subdesenvolvimento. Buscou tratar e articular as especificidades periféricas dos modos e regimes de crescimento, as estruturas produtiva e distributiva e, em alguma medida, as estruturas de poder. Mas o estruturalismo, em geral, pouco enfrentou os problemas do “interesse de classe” do empresariado e da burguesia latino-americana, da natureza do Estado, das frações de classe ou da competição interestatal. Assim, pode ter negligenciado as relações entre riqueza e poder e, por vezes, incorrido em algum nacionalismo metodológico, conforme será discutido em alguns capítulos neste livro.

A partir da década de 1990, o pensamento crítico, original e autônomo perde sua vivacidade e sua capacidade analítica, tendo regredido em suas abordagens estruturais e históricas. Nesse contexto, as elaborações neoliberais avançaram.

Assim, esta coletânea pretende contribuir para o resgate desse pensamento, buscando confrontá-lo com as transformações geoeconômicas e geopolíticas do capitalismo nos últimos quarenta anos, mas, sobretudo, colocando ênfase no período mais recente de aceleração do tempo histórico, os últimos dez anos de crise internacional e de regressão sociopolítica.

Abrindo o livro, José Luís Fiori, em “As trajetórias intelectuais do debate sobre desenvolvimento na América Latina”, traça primorosamente o percurso das ideias sobre desenvolvimento no pensamento latino-americano. Demonstra a grande importância política e intelectual desse debate na América Latina, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. Após o escrutínio das ideias e correntes desse pensamento, elenca várias limitações dessas reflexões, defendendo que a política, o poder e as classes sociais ocupam um lugar secundário nessa leitura e que “tem pouco espaço nas análises estruturalistas a competição entre os Estados e as determinações geopolíticas”.

Em seguida, Ricardo Bielschowsky, em “A trajetória histórica do pensamento da Cepal: 1948-1998”, nos apresenta um exame minucioso da evolução do pensamento cepalino, desde as elaborações de Raúl Prebisch, Celso Furtado e Anibal Pinto até os dias atuais. Coloca ênfase no original e potente método de análise, orientado pela *busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas*, mais próximo de um movimento indutivo do que dos enfoques abstrato-dedutivos, rígidos e esquemáticos tradicionais. O autor periodiza e analisa cinco momentos desse pensamento, que agora completa 70 anos: (1) Origens e anos 1950, cujo tema central seria o processo de industrialização; (2) Os anos 1960, das “reformas para desobstruir a industrialização”; (3) Os anos 1970, de reorientação dos “estilos” de desenvolvimento na direção da homogeneização

social e da industrialização pró-exportadora; (4) Os anos 1980, de enfrentamento do problema do endividamento externo, via “ajuste com crescimento”; (5) A partir dos anos 1990, de consolidação do “neoestruturalismo”, centrado nas problemáticas da macroeconomia e das finanças, do desenvolvimento produtivo e do comércio internacional, e do desenvolvimento social e da sustentabilidade.

Em “Prebisch, o Estado e o pensamento estruturalista”, Victor Ramiro Fernández e Emilia Ormaechea discorrem sobre a contribuição prebischiana para a compreensão das formas periféricas capitalistas, sua defesa do planejamento e da orientação de estratégias industrializantes que permitiriam construir autonomia. Os autores afirmam que, não obstante a centralidade do Estado nas elaborações de Prebisch, são insuficientes sua abordagem e sua problematização da natureza específica do Estado periférico. Essas limitações estariam ligadas ao insatisfatório tratamento da dinâmica contraditória e competitiva do sistema, das tensões e dos conflitos entre os interesses díspares das classes sociais e dos condicionantes periféricos que terminavam por conformar um “ator estruturalmente limitado(r)”. Após uma análise detida do pensamento cepalino, apresentam uma alternativa que procura discutir as contradições das estruturas estatais latino-americanas, propondo a discussão de uma nova qualidade do Estado que habilite estratégias de transformação do envolvimento dos agentes internos e externos.

Em seguida, Carlos Aguiar de Medeiros, em “O processo de desenvolvimento econômico: anotações críticas ao ‘neoinstitucionalismo’ e ao ‘nacionalismo metodológico’”, traça uma análise pormenorizada na qual defende que, para se interpretar o complexo processo de desenvolvimento, as dimensões de “riqueza” e “poder” não podem ser dissolvidas, mas devem ser consideradas como polos em permanente tensão. Assim, critica o institucionalismo contemporâneo, que seria totalmente ancorado nas virtualidades das relações descentralizadas de mercado, na garantia dos contratos e na preservação das normas, sem relações conflituosas de poder. Por outro lado, desaprova as análises que tratam a escala nacional como

uma entidade autossuficiente e autônoma, independente das relações interestatais, ou seja, fora do contexto internacional conflitivo. Dessa forma, o texto tece sérias críticas a essas duas vertentes ou aspectos que hoje dominam a discussão sobre o processo de desenvolvimento. Realizando um primoroso resgate da história do pensamento no campo da economia política, parte de William Petty, defendendo que não se deve separar riqueza e poder.

Eduardo Costa Pinto e Marcos Antonio Macedo Cintra, em “Ascensão da China e a América Latina: estratégias de internacionalização, recursos naturais e limites econômicos e políticos ao desenvolvimento”, analisam a dinâmica da América Latina nos anos 2000 e 2010 e suas conexões com a ascensão da China. Examinam como a América Latina logrou distribuir renda e reduzir um pouco a pobreza extrema, na primeira década do século XXI, mas não avançou para transformar estruturalmente suas bases produtivas e sua pauta de exportações, continuando com forte especialização em *commodities* (minérios, energia e alimentos), embora tenha ampliado a sua participação em serviços de baixa tecnologia. Ressaltam, entretanto, que essa primeira década também foi marcada pela abundante liquidez e pelas baixas taxas de juros nos países centrais. Na segunda, a região sofreu profunda desaceleração econômica, ampliando suas vulnerabilidades externas e revertendo o processo distributivo.

Os autores analisam como a China atual avança em uma estratégia ousada de desenvolvimento de longo prazo, enquanto a América Latina não conseguiu criar capacidades internas para reduzir as barreiras econômicas (especialização produtiva) e políticas (dificuldades em construir blocos históricos voltados ao desenvolvimento nacional), em horizonte temporal mais alargado para a construção de uma trajetória mais autônoma de desenvolvimento, o que ficou mais explicitado na recente desaceleração econômica mundial. O novo ambiente mundial impõe incertezas estruturais (forte dependência dos preços de *commodities*) ao desenvolvimento da região, inclusive às políticas de transferência de renda, o que

demonstra que ela continua fortemente dependente das oscilações externas. Neste contexto, os autores concluem que fica a cada dia mais evidente que a América Latina perdeu mais uma oportunidade histórica para redefinir a sua inserção na economia mundial na década de 2000.

Sérgio Ordóñez, em “A nova fase de desenvolvimento do capitalismo, para além do neoliberalismo, e a América Latina”, realiza um balanço crítico dos processos de mudança promovidos pelos governos progressistas no continente até 2016, questionando (1) em que medida esses processos constituíram vias alternativas ao neoliberalismo e (2) quais seriam os requisitos socioespaciais e institucionais, assim como as contribuições do pensamento latino-americano, para promover um caminho de desenvolvimento autenticamente pós-neoliberal.

A partir do conceito de fases de desenvolvimento, o autor ressalta a natureza da conjuntura atual, que seria de acumulação dos capitais via redes de valor baseadas em conhecimento, examinando a formação de *sistemas internacionales de hegemonía de Estados*, que constituem uma prolongação supranacional do bloco histórico nacional do país da vanguarda do capitalismo. Em face desses desafios postos pelo novo momento, discute a necessidade de formação de capacidades financeiras, intelectuais e institucionais do Estado mais adequadas, dotando-o de uma burocracia com capacidade estratégica, organizativa e visão social, além de instâncias centrais coordenadoras do conjunto dos arranjos institucionais promotores do desenvolvimento.

Em seguida, Bernardo Campolina, em “Mudanças na ordem geopolítica internacional e a inserção do Brasil”, articulando geografia política e economia política internacional, apresenta os condicionantes do poder mundial e a posição relativa e as formas de inserção do Brasil no cenário de assimetrias das estruturas hierárquicas da escala internacional. Defende que essas estruturas possuem os seguintes pilares básicos e articulados: o controle do território, o sistema de segurança e a capacidade de produção; a força da

moeda e das finanças internacionais e o conhecimento (ciência, tecnologia e inovação). Advoga que a integração da América Latina, seu *catching up* tecnológico e a melhoria na distribuição de renda constituem o caminho necessário e inevitável para o fortalecimento regional. Sobre a inserção do Brasil na ordem econômica internacional, em face das mudanças geopolíticas contemporâneas e suas consequências sobre a ordem global, salienta tanto suas potencialidades como os grandes obstáculos e desafios que precisam ser superados.

Por fim, Carlos Antônio Brandão, Victor Ramiro Fernández e Gabriel Brondino apresentam a discussão de “Retomar e renovar o pensamento crítico histórico-estrutural em face das transformações capitalistas do século XXI”. Partem dos ensinamentos e do patrimônio científico do pensamento crítico histórico-estrutural latino-americano para discutir as mudanças geopolíticas e geoeconômicas no plano mundial e posicionar os desafios contemporâneos do nosso continente.

Os autores defendem que esse pensamento buscou interpretar as especificidades do processo de desenvolvimento na condição periférica subdesenvolvida dependente, colocando ênfase nas assimetrias entre o centro e a periferia do sistema no que diz respeito às suas estruturas produtivas, sociais e espaciais altamente heterogêneas e à inserção internacional vulnerável na hierárquica e contraditória escala mundial em transformação.

Eles ressaltam o grande desafio que existe hoje de identificar e qualificar as potencialidades, mas também as ausências, negligências e limitações do pensamento crítico histórico-estrutural latino-americano que sejam dignas de anotação para a formulação de pesquisas coletivas de alta complexidade.

Um ponto central de investigação seria questionar se e como esse pensamento tratou as escalas espaciais, a geopolítica e as competições interestatais. Outro ponto, questionar quais seriam as particularidades do Estado, os jogos de poder e os conflitos de classe postos na região.

Introdução

Este livro espera poder contribuir para os estudos desse pensamento original latino-americano e discutir os desafios de voltar a pensar com ousadia e independência as transformações profundas e abrangentes que estamos vivendo neste final da segunda década do século XXI nesta que é a maior e mais contrastante porção territorial de desenvolvimento desigual do planeta.